

Para

16/05/2013 - CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO
SP - Diário da Justiça de São Paulo - Caderno 2
SEÇÃO III

Subseção V - Intimações de Despachos

Órgão Especial, Câmara Especial e Recursos aos Tribunais Superiores

Processamento do Órgão Especial - Palácio da Justiça - sala 309

DESPACHO

16/05/2013-Nº 0090354-23.2013.8.26.0000 - Direta de Inconstitucionalidade - São Paulo - Autor: Procurador Geral de Justiça - Réu: Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo - Réu: Prefeito do Município de Santa Cruz do Rio Pardo - Vistos. Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, com pedido de liminar, tendo por objeto a declaração de inconstitucionalidade (i) da Lei nº 2.526, de 29 de julho de 2011, do município de Santa Cruz do Rio Pardo, que "declara o trecho do Rio Pardo que banha o território municipal patrimônio cultural, paisagístico, ecológico e turístico do Município" (fl. 33 dos autos apensados); e (ii) da Lei nº 2.527, de 29 de julho de 2011, do mesmo município, dispondo que "o Executivo não está autorizado a permitir a instalação de usinas hidrelétricas no trecho do Rio Pardo que banha o território do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, nem a celebrar convênios com o Governo Federal e/ou Estadual nesse sentido, em respeito ao clamor da população local que é contrária à adoção dessa medida" (fls. 34 dos autos apensados). No que se refere à Lei nº 2.526/2011, o requerente alega que o município não poderia legislar sobre bens do domínio do Estado, nos termos do art. 19, inciso VII, da Constituição Federal. No que diz respeito à Lei nº 2.527, de 29 de julho de 2011, alega que "é inconstitucional lei municipal que não autoriza o Poder Executivo a permitir a instalação de usinas hidrelétricas no Município e a celebrar convênios com o Governo Federal e/ou Estadual, pela violação dos arts. 5º, 24, § 2º, "2", 47, II, XIV e XIX, da Constituição Estadual" (fl. 07). Em sede de cognição sumária e superficial, sem adentrar ao mérito da questão, não vislumbro a presença dos pressupostos necessários para concessão da liminar, especialmente o "periculum in mora", porque a lei impugnada, no caso, está em vigor desde o ano de 2011 e não existe risco de ineficácia da medida pleiteada caso concedida somente ao final. Pelo exposto, INDEFIRO A LIMINAR. Expeçam-se ofícios ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Prefeito Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo requisitando as informações que deverão ser prestadas no prazo legal. Em seguida, cite-se o Sr. Procurador Geral do Estado, para manifestar-se sobre o pleito aqui deduzido. Int. São Paulo, 14 de maio de 2013. Antonio Luiz Pires Neto Relator - Magistrado(a) Antonio Luiz Pires Neto - Palácio da Justiça - Sala 309
[CodGrifon: 22414758]